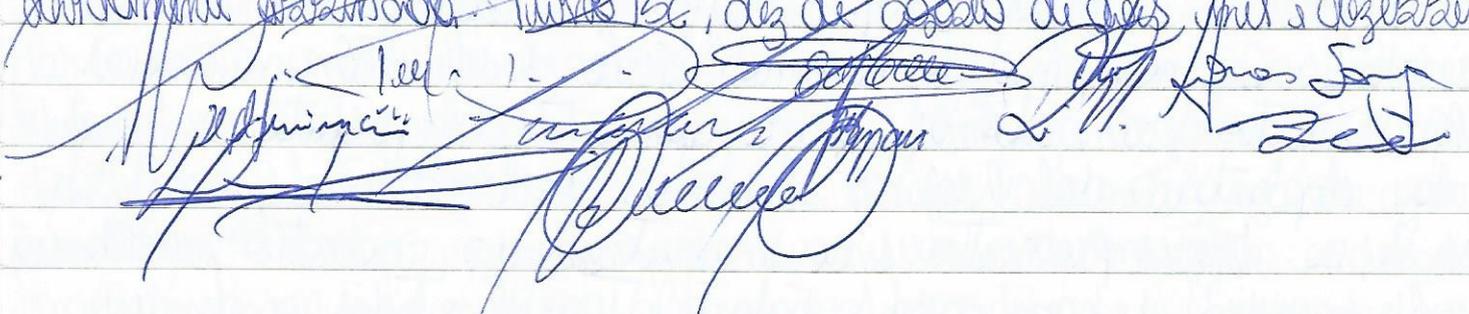


fícios e folha de pagamento para aposentados e pensionistas, além de at-
ribuição em informática e fornecimento de equipamentos para a operacional
ização do Regime Próprio. Toda mais há ser tratado, Sr. Arlindo Rocha
Secretário, sobre a presente ata que vai por mim e os membros da diretoria
claramente assinada. Turmas 156, dez de agosto de dois mil e dezessete.

Assinaturas: 

ATA 12/2017

Os vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às onze horas, reuniram-se extraordinariamente os prefeitos que compõem a AMESC, para tratar do despacho no edital de licitação nº 013/2017 de 22 de agosto de 2017, no auditório da AMESC, sito Rua Gomes Antônio Mazzuco, 31, bairro Cidade Alta Araranguó-SC: A) fechamento da unidade da JBS Alimentos no município de Moro Grande. O presidente Aldemir Rocha abriu a assembleia agradecendo a presença dos prefeitos, vereadores e dos deputados estaduais Ricardo Guidi, Sérgio Guglielmi, José Milton Scheffer, José Rei Assari, Manoel Melo e o deputado federal Jorge Bovera. Ele explicou que na segunda-feira recebeu, em seu gabinete, na prefeitura de Moro Grande, diretores da JBS que informaram que no dia 31 de outubro do ano de 2017 a unidade da JBS no município será fechada, e permanecerá em funcionamento apenas a produção de caldo. Rocha reforçou que está muito abalado com esta notícia, assim como todos os moradores do município e os agricultores; que é momento sério porque este fechamento afetará direta e indiretamente de quatro a cinco mil pessoas da região; que é necessário fazer algo pela população e mostrar um caminho para esta situação caótica, porque quando perceber que isto ocorrerá nas unidades da JBS em Jaraguá e Nova Trento. Em seguida, o responsável pelo movimento econômico agropecuario da AMESC, Cleber Lira, apresentou o impacto econômico que a desativação da JBS-

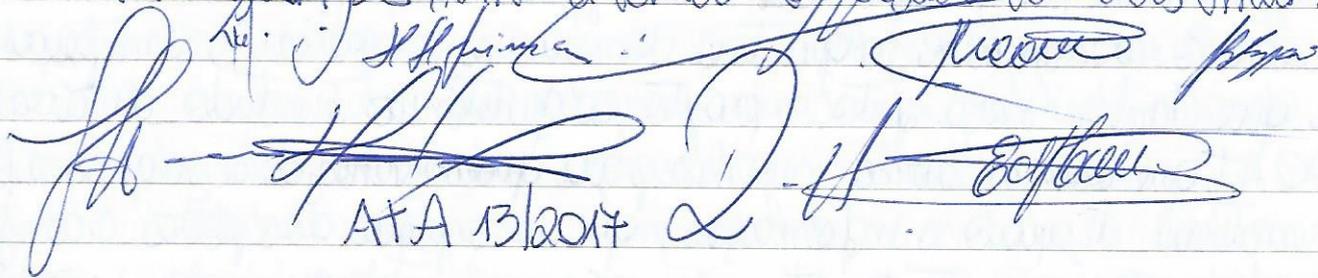
A Unidade de Morro Grande causará na economia do município e o reflexo na região. Pergunta-se, com o encerramento das atividades da empresa estimar-se que em torno de R\$ 180.000.000,00 devem de fazer do valor adicionado municipal de Morro Grande, o que representa em torno de R\$ 4.700.000,00 de ICMS. Nas regiões da AMESC e AMPEC dezesseis municípios serão afetados diretamente com uma perda de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 em tributos de ICMS. Além do retorno de ICMS, com a demissão de aproximadamente 740 funcionários deixarão de entrar no comércio da região em torno de R\$ 11.000.000,00 por ano, e com a diminuição dos abates de 13 milhões de aves ano outros R\$ 9.000.000,00 deixarão de ser pagos aos integrados da região, além de que em torno de 100 integrados serão desligados. Somando todas as atividades envolvidas estimar-se que a perda total para de R\$ 34.000.000,00. Não se sabe se são verdadeiras as informações repassadas pela empresa que a unidade de Morro Grande não é vital e não dá lucro; que se tem informações extrasoficiais que em mês de julho o lucro da unidade foi de R\$ 4.300.000,00 e que em agosto será de 4.500.000,00; que a água consumida ali vem por gratuidade; que a energia já a mais barata, e a Jersul fez um grande investimento para atender a JBS ao construir uma rede exclusiva, e a empresa é responsável pelo consumo de 80% da energia gerada pela Jersul; que o integrado mais longe fica há 18 quilômetros, enquanto nos demais unidades ficam num raio de 60 quilômetros; que a unidade de Morro Grande fica sempre entre os 3 primeiros lugares em toda a cadeia do grupo JBS no país; que a fábrica de rações mais moderna da JBS está em Morro Grande; que além da empresa estar fechando as portas, ela fica afetando a unidade, e isto torna mais difícil para alguém assumir a planta; que não precisa a JBS pagar números que não são reais; que 40% das ações da JBS são da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que é dinheiro do povo, e do governo por isso temos que chegar no governo federal, no Ministério da Agricultura, a região não pode pagar este preço e esta dívida que não é mais; que muitas famílias estão chorando desde a última terça-feira quando a notícia foi oficialmente divulgada pela empresa; que é uma

unidade constitucional e é preciso que os deputados estaduais interfiram junto ao governo federal. O deputado federal Jorge Bauria diz que efetivamente esta unidade irá gerar problema social; que pelos números aprovados pela AMESC a JBS é de grande importância econômica para a região; que é preciso formar um grupo de trabalho para buscar solução para este problema e que está a disposição para atuar junto ao governo federal, Ministério da Agricultura, Secretaria Econômica Federal, BNDES para ver que tem financiamentos e que é possível fazer, e é claro abrir portas; que vale a pena o ex-profeta de Jorgueilinha, Ipei Alexandre, que a JBS está aberta a negociações para a venda desta planta. O deputado estadual, João Milton Pacheco, diz que todos estão perplexos com esta notícia; que é necessário pensar na situação dos agricultores que fizeram investimentos na construção de aviários e tem financiamento para pagar em 10 anos; que é uma verdadeira produção que compromete muita gente; que este fechamento terá um grande impacto social e por isto o governo do Estado deve sair embleado, e também vai ser preciso o governo federal; que tem que ter um grupo de trabalho, através da Secretaria de Estado da Agricultura ao Sindicato da Indústria da Carne que tem uma mesa geral da cadeia produtiva e de pessoas interessadas no caso da JBS que vai abrir mão desta unidade; que vai fechar e demorar um ano para outra empresa assumir a planta terá que ter um investimento grande; que preço da carne está em queda em função da crise econômica; e a unidade interna não está favorável, mas o internacional está favorável; que é preciso apoio da Comunidade Federal; que deve sair criado um grupo de trabalho, principalmente para contactar interessados na planta, no destino a cooperativa Aurora; que contextualizar o problema só fazemos, e agora é preciso buscar o caminho. Prefeito de Maracajá, Adilson Roberto diz que como advogado trabalhista já passou por situações como esta e já viu o fechamento das Avícolas de Juicá, Ueta, usara a mesma ordem está a frente do Sindicato dos Trabalhadores e são situações semelhantes, principalmente na quantidade de funcionários; que devemos assumir a responsabilidade enquanto representantes do povo e buscar alternativas; que quando fechar a Ueta surgirá a Epilato, na Juicá surgirá a Avícola

Elisabeth, que aumentou a produção e o número de empregos; que con-
 juntamente temos que resolver este problema com toda a breza que temos,
 porque o prefeito falou esta tanta quanto a população do município dele,
 desesperado; que não podemos nos esquivar. Prefeito de Araranguá, Mariano
 Mazzoni, falou que a JBS é uma empresa privada, mas com ações públicas
 que é a oportunidade de formarmos uma cooperativa. O presidente da As-
 sociação de Agricultores do sul Catarinense, Emir Teggia, disse que o
 momento é delicado diante do problema existente, onde 85% destes ari-
 cultores integrados tem dívida com banco porque as exigências
 da empresa são grandes; que os municípios também investiram na
 terraplanagem do pátio para instalação dos aviários, através de leis
 de incentivos municipais; que já era previsto este fechamento, porque
 era tornar um monopólio na região; que em 2011 um quilo de frango
 no mercado custava R\$ 4,98 e hoje custa R\$ 4,11; que o maior sul-
 lado é o Governo Federal e o Governo do Estado que concordaram com
 a venda das três unidades do sul catarinense, e isto monopolizou;
 que a Associação fez denúncia no CADE em Brasília em 2014 denun-
 ciando o monopólio e nada foi feito; que é momento de se unir e
 estar defendendo a unidade de Novo Gama. Deputado estadual, Ma-
 rcel Mota, destacou que o BMDES é sócio da JBS; que o agravante
 deste fechamento é a situação dos agricultores integrados; que é preci-
 so encontrar caminhos; que recebeu a informação esta semana que a
 cooperativa Aurora tem um terreno nesta unidade; que o sul catarinense
 não pode assumir os passivos da venda da JBS. Deputado estadual,
 José Nei Assari, comentou que é um tema importante e que precisa ser
 discutida a sucessão desta estrutura; que na divisa dos municípios de Gro-
 furi e Braço do Norte uma empresa do mesmo segmento da JBS fal-
 tou e toda a região foi no sentido de encontrar um empreendedor para
 assumir a planta, e isto aconteceu; que hoje tem lá um novo frigorí-
 fício com capacidade instalada para abater 80.000 frangos por dia;
 que é preciso dividir as atribuições e o mais rapidamente fazer reunião
 com o governador, vice-governador, secretários da Fazenda e da Agri-
 cultura; que a AMESC deve levar sobre os proprietários do terreno a

onde está a empresa em Morro Grande. Deputado federal Jorge Bouvia informou que no decorrer da reunião fez alguns contatos, inclusive com o ex-proprietário da empresa em Morro Grande, e a JBS em diversos momentos todo o ato da recuperação judicial da Tramento Alimentos; que a JBS não via nenhuma dificuldade para a venda, mas o primeiro passo da JBS é vender a Seara Alimentos no Brasil; que a Beef Puff, que é um grande empresa, estaria interessada na compra da Seara, e venderia pelo Estado de Minas Gerais; que em conversa com o ex-proprietário da Tramento Alimentos a informação é que quem comprar a unidade de Morro Grande terá que adquirir também as unidades de Jerquiúinha e Nova Almeida pela questão da região; que é difícil comprar sem adquirir a fábrica de carne; que está tendo contato com o presidente da cooperativa Central Aurora Alimentos, Mário Spangher, e já tem este compromisso, e já está agendando reunião no Ministério da Agricultura para ver o que pode contribuir. Deputado estadual, Heli Guilherme, informou que a direção da Aurora estará em Belo Horizonte dia 30 de agosto, e é a oportunidade de iniciar tratativas; que é necessário fazer agenda com o Governo do Estado. Deputado estadual, Ricardo Guind, enfatizou que o é problema bastante sério; que é necessário discutir com a JBS, saber quais as intenções dela; que sem certeza a JBS não vai que ficar com aquela unidade parada, sem produzir, porque está com os animais mortos; que é preciso saber quais os parâmetros, que a preocupação é com os funcionários e os agricultores integrados. O prefeito de Nova Almeida, Rogério Grigo, disse que está ansioso porque hoje é o município de Morro Grande e amanhã pode ser a unidade de Nova Almeida; que se isto acontecer Nova Almeida terá um impacto muito grande porque abate 140.000, que é necessário agir rapidamente porque os municípios precisam destes frios para o funcionamento, caso contrário o impacto econômico será muito grande na região. O presidente da AMPEC e prefeito de Lacerdópolis, Ademar Magagnoli, propôs argumentar com diretores da empresa para conseguir mais prazo antes do fechamento; que é preciso propor para a JBS o que dar mais um ciclo, o que dura 60 dias, durante o caso até o fim do ano e dando mais um prazo para negociar, e tentar arrumar uma saída

Logo após, as explanações ficam definidas que na próxima semana uma comissão composta pelo presidente da AMESC, o prefeito de Morro Grande, Waldemir Rocha; o presidente da AMPEC, Ademir Magagnin, e os prefeitos que tem unidade da JBS, o prefeito de Nova Serrinha, Sérgio Siqueira e de Jorquillinha, Almas Hammer, irão tentar uma reunião para conversar com os diretores da JBS. Paralelo a isso os deputados estaduais irão tentar intervenções junto ao governo do Estado, são procurados o governador, Ramundo Rebelo; o vice-governador, Eduardo Moreira, o secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, Moacir Sampaio. Os deputados federais irão tentar audiência com o BNDES, que é acionista da JBS, assim como audiências no Ministério de Agricultura. A cooperativa Aurora também será procurada para ver o interesse de compra da planta da JBS em Morro Grande. O presidente Waldemir Rocha agradeceu a presença de todos e pediu o empenho para solucionar este grave problema. Nada mais foi resolvido, sei, Arlindo Rocha, Secretário,拉里 e presente ata que vai por mim e os membros da diretoria, devidamente assinada. Araranguá - SC, vinte e cinco de agosto de dois mil e dezessete.



ATA 13/2017

Nos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reuniram-se ordinariamente os prefeitos que compõem a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) para tratarem do disposto no edital de licitação nº 06/2017 de 18 de agosto de 2017, no auditório da AMESC, sito Rua Giacomini Antônio Mazzoni, 31, bairro Cidade Alta, Araranguá - SC. A) Apresentação do projeto de identidade visual da região Caminho dos Sâmbios: A presidente da Instância de Governança da Região Turística Caminho dos Sâmbios (IGR), Joice Aquino, apresentou aos prefeitos o trabalho da IGR Caminho dos Sâmbios e fez um relato sobre as demandas do turismo regional e ações que estão sendo desenvolvidas.